

A FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO NO RECIFE E OS EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19

Entrevista com o professor Otávio Santos

THE FRAGMENTATION OF SPACE IN RECIFE AND THE EFFECTS OF THE COVID-19 PANDEMIC

Interview with professor Otávio Santos

Ingrid Klebyane Farias de Luna BARBOSA¹

Artigo recebido em 14/05/2021, aceito em 12/12/2021, publicado em 20/12/2021.

Palavras-chave:

Recife;
Fragmentação do
Espaço; COVID-19.

RESUMO

Entrevista realizada pela estudante de Bacharelado em Ciências Sociais Ingrid Barbosa com o Professor Dr. Otávio Santos sobre a fragmentação do espaço no Recife e o impacto da COVID-19 nesta cidade. A partir do amplo estudo realizado por este pesquisador sobre a cidade do Recife e o processo de fragmentação de seu espaço, foi possível apreender os aspectos que tem concorrido ao agravamento dos impactos da pandemia na cidade. Sua análise crítica sobre os agentes envolvidos e as forças que atuam na produção do espaço urbano evidencia um modelo de cidade voltado para a acumulação de capital.

ABSTRACT

Interview conducted by student Ingrid Barbosa with Professor PhD. Otávio Santos about the fragmentation of space in Recife and the impact of COVID-19. From the extensive study carried out by the professor on the city of Recife and the space production process, it is possible to apprehend the nuances that aggravate the impact of the pandemic in the city, through a critical analysis of the agents involved and the forces that act in the production of urban space, which permeate the social, political and economic level and which build a model of the city geared towards a capitalist dynamic whose product is an unequal and segregated space.

Keywords:

Recife;
Fragmentation of the
space;
COVID-19.

¹ Bacharelanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Atualmente é bolsista da iniciação científica na UFRPE, integrante do Grupos de Pesquisa Ecologia Política e Direito à Cidade e pesquisadora voluntária de iniciação científica na Fundação Joaquim Nabuco. E-mail: ingridklebyane@gmail.com.

PREÂMBULO

No intuito de refletir sobre os problemas socioespaciais do Recife neste período de pandemia da COVID-19, a estudante Ingrid Barbosa do curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (DECISO/UFRPE) realizou entrevista com o Professor Dr. Otávio Santos, da mesma instituição. Em razão da referida crise sanitária, a entrevista foi realizada no dia 12 de abril de 2021 por meio virtual, com o encaminhamento das perguntas por e-mail, cujas respostas foram desenvolvidas pelo professor de forma escrita e incrementadas com um diálogo posterior. Após a entrevista foi realizada a elaboração das demais partes do texto pela entrevistadora e uma revisão final.

Otávio Augusto Alves dos Santos é professor adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), na área de geografia, lotado no departamento de história. É graduado em Geografia, e possui mestrado e doutorado em Desenvolvimento Urbano, ambos na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Possui interesse acadêmico nas áreas de Geografia Urbana, Geografia histórica, Planejamento Urbano e Ecologia Política. É líder do Grupo de Pesquisas “Ecologia Política e Direito à Cidade”. Entre seus trabalhos mais importantes figura sua tese de doutoramento, publicada recentemente como *e-book* e intitulada “A fragmentação do espaço no Recife”. Nela, Otávio debate de forma crítica a realidade urbana das cidades do capitalismo periférico sob a luz da análise da vida entre-muros. Atualmente o professor vem desenvolvendo pesquisas voltadas à compreensão do processo de urbanização litorânea, em parceria com pesquisadores de todo o Brasil e no contexto das atividades do Grupo de Pesquisas “Cidades Litorâneas e Turismo” e do “Laboratório Espaço e Política” (LEP/MDU/UFPE).

A entrevistadora é estudante de bacharelado em Ciências Sociais (UFRPE) e atualmente é bolsista do programa de iniciação científica com a pesquisa intitulada “A dinâmica de acumulação por espoliação no processo de produção espaço praiano em Pernambuco”, coordenado pelo professor Otávio Santos. Já desenvolveu plano de trabalho nas pesquisas “Memória das praias do Recife: a produção do espaço praiano, o planejamento e a gestão do urbano”, e “Resistência ou Conformação: uma análise sobre junho de 2013”, coordenados pelos professores Otávio Santos e Júlia Benzaquen, respectivamente. Atualmente é integrante dos Grupos de Pesquisas: Cidades Litorâneas e Turismo (Cilitur/UFPE), Laboratório de estudos sobre a política, eleições e mídia (LEPEM/UFC), Ecologia Política e Direito à cidade (UFRPE) e do Grupo de Pesquisa e Estudo sobre a Docência (GPED/Fundaj).

1. INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19 que atinge o mundo nesse momento tornou patente em nossas cidades as situações de desigualdade e vulnerabilidade socioambientais em que vivem os brasileiros. As péssimas condições de moradia e o mau provimento dos serviços básicos se tornaram ainda mais graves nesse contexto que exige isolamento social e condições mínimas de higiene.

Recife é hoje a quarta metrópole mais desigual do país, conforme aponta boletim publicado recentemente pelo Observatório das Metrópoles. Trata-se de uma cidade marcada pela segmentação, segregação e fragmentação, conforme afirmou o próprio Otávio. Que impactos a pandemia da COVID-19 trouxe à essa cidade? Qual o papel do Capital e do Estado? A dita fragmentação tem se intensificado desde então? Essas são algumas das questões discutidas.

Ingrid Barbosa (IB): A cidade do Recife é uma das mais desiguais do Brasil e possui problemas sociais e ambientais antigos e aparentemente insanáveis. Você poderia nos resumir como se constituiu esse estado de coisas? Quais agentes e processos foram decisivos?

Otávio Santos (OS): Essa é uma pergunta muito abrangente. Vou te responder à luz do passado mais recente, especialmente das últimas décadas do séc. XX e deste turbulento início de século. A forma mediante a qual a cidade do Recife cresceu durante o séc. XX é muito bem documentada. Muitos pesquisadores que se dedicaram à essa matéria mostram que o processo de crescimento urbano nesta cidade seguiu tendências semelhantes às de diversas outras cidades brasileiras.

O século XX foi marcado por ininterruptas tentativas de modernização do espaço da cidade, mas tratou-se de intentos notadamente conservadores, que não acolhiam as populações mais pobres. Para isso concorreram as ideias urbanísticas em voga, o planejamento e a gestão urbanos. Primeiro vieram os planos de melhoramentos e de embelezamento estético dos centros, muitos dos quais calcados em intervenções urbanísticas e realocação compulsória de populações indesejadas. Depois os planos viários e as políticas habitacionais que retiraram os pobres de localizações almejadas pelos mais ricos. O resultado foi a consolidação de uma estrutura urbana marcada, de um lado, por áreas relativamente bem infraestruturadas e ocupadas pelos mais abastados, e de outro, por bairros parcialmente infraestruturados, áreas ambientalmente degradadas e ocupações precárias surgidas em desacordo com as leis. Tudo isso, diga-se de passagem, deu-se sobre o arranjo natural de uma planície flúvio-marinha, entrecortada por rios e canais, áreas estuarinas e de manguezal, compondo uma paisagem realmente complexa.

Este início do século XXI tem sido marcado pela hegemonia da “racionalidade neoliberal”, que já se fazia presente desde o final do século XX. Falo em “racionalidade” porque me parece evidente que o

neoliberalismo é algo muito maior que uma simples agenda político-econômica, como advertem o David Harvey² e o Christian Laval³. Trata-se, isto sim, de uma forma de conceber e pensar o cotidiano e, por isso mesmo, de pensar a própria política. Enquanto o objetivo maior das ações do Estado durante quase todo o século XX foi modernizar o espaço, dotando-o das infraestruturas necessárias para o desenvolvimento urbano-industrial, o que implicava intervenções em quase todo o mapa da cidade; a partir dos anos 1990 o objetivo passou a ser o da requalificação de determinados territórios, integrando-os às dinâmicas do consumo turístico, mediante protagonismo de agentes privados. O Estado e suas agências de planejamento deixaram de ser os sujeitos da elaboração e condução das políticas urbanas. Em seu lugar surgiram uma miríade de engenharias sociais que permitiram uma maior participação de bancos, empreendedores e empresas da construção civil, tais como as operações consorciadas e as parcerias público-privadas. Essa foi a mudança de racionalidade.

Em razão disso, o Recife manteve sua estrutura desigual e, lamentavelmente, viu o acirramento dessas desigualdades nas duas primeiras décadas deste século, o que fez crescer a violência, o sentimento do medo e a fragmentação do espaço. E isso aconteceu a despeito de importantes conquistas sociais, tais como os Fóruns do Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social, o Orçamento Participativo, a ampliação de equipamentos e serviços públicos nos bairros populares e a incidência dos instrumentos do próprio Estatuto da Cidade. Nem mesmo esses avanços foram capazes de interditar os processos de segmentação e segregação do espaço previamente existentes, e muito menos a fragmentação mais recente.

Quando você me pergunta quais agentes foram decisivos, em resumo, eu sugiro dois: o mercado imobiliário e o Estado. A benevolência do Estado frente às investidas do mercado é algo perverso e ajuda a transformar o espaço urbano em uma mercadoria para poucos. E sob o neoliberalismo, o Estado se tornou militante das causas do mercado. Por isso é que o planejamento urbano não pode ser assunto apenas do Estado, nem feito sob os moldes *top-down*. Pelo contrário, precisa vir de baixo, o que implica em ampliação dos mecanismos de participação.

IB: Como seria possível garantir uma participação popular nas decisões sobre o uso e ocupação do solo do Recife, levando em consideração a ação do mercado imobiliário e as decisões políticas municipais?

OS: Creio que esse foi o dilema com o qual as gestões progressistas do Partido dos Trabalhadores (PT) tiveram de lidar durante os anos 2000. E, para nossa infelicidade, a balança sempre pendeu muito mais para o lado dos interesses privados do mercado imobiliário. Basta observar toda a pantomima que foi a revisão do plano diretor de 2008. Isto está muito bem documentado, qualquer um pode voltar lá e conferir. Tratou-se da

² HARVEY, D. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

³ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2017.

revisão de um plano feito em 1991, anterior ao Estatuto da Cidade, e que já privilegiava os interesses do mercado. A gestão de João Paulo cumpriu todos os ritos de participação popular e tudo o que previa o Estatuto, mas cedeu às pressões do mercado, que desta vez estava muito bem articulado através da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário e do Sindicato da Indústria da Construção Civil. O resultado foi a aprovação de algo bem diferente daquilo que foi construído democraticamente.

São inegáveis os importantes ganhos obtidos com as gestões do PT, especialmente no tocante aos investimentos em equipamentos e serviços de educação, saúde e cultura em lugares até então desprovidos da presença do Estado. Mas, é preciso reconhecer que pouco se fez para interditar as pressões exercidas pelo mercado. E quando falo em “mercado”, refiro-me ao conjunto de agentes que atuam no sentido da transformação do espaço da cidade em mercadoria, tais como os proprietários de terra, os promotores imobiliários e as empresas da construção civil. Esses agentes financiam todos os partidos e suas campanhas eleitorais nas principais cidades brasileiras, porque sabem que o domínio do poder local é condição para seus ganhos. Nem mesmo o PT fugiu de seu controle.

Portanto, quando você me pergunta como garantir participação popular, eu respondo que é diminuindo o poder do mercado. O planejamento e a gestão da cidade não devem ser feitos sob o seu controle. Hoje o mercado está super-representado nos principais fóruns de debate e decisão, não havendo espaço para os interesses da população. E, em muitas ocasiões, o que interessa ao povo é precisamente o contrário do que interessa ao mercado. Enquanto o primeiro quer direitos e liberdade, o segundo quer privilégios e privação.

IB: Quanto ao novo plano diretor, o que muda na regulamentação do uso do solo e quais as suas possíveis consequências?

OS: O atual plano diretor é ilegítimo! Tratou-se de um processo relâmpago e repleto de irregularidades, cujo documento inicial foi criado pelo próprio mercado e do qual o requisito de participação democrática foi atendido por pura formalidade. O Ministério Público chegou a recomendar a suspensão do referido processo. O pessoal da Articulação Recife de Luta possui uma página na internet que reconstrói todos os capítulos dessa farsa⁴. O último deles foi a aprovação “a toque de caixa” deste plano no final de 2020, depois da análise de uma comissão especial, sem que os vereadores tivessem conhecimento do que estavam realmente aprovando. A intenção era claramente evitar um eventual desgaste no início da gestão do João Campos. Eu assisti o episódio pelo *Youtube* e foi de fato vergonhoso.

Há algumas mudanças na regulamentação do uso do solo, a maioria das quais surgidas para dar maior liberdade ao mercado. E o que realmente preocupa tem sido o aumento completamente desproporcional do coeficiente de aproveitamento nas Zonas Especiais de Interesse Social da cidade. No

⁴ Articulação Recife de Luta: <https://recifedeluta.org/>

interior dessas ZEIS, os imóveis lindeiros aos grandes eixos viários poderão ainda adotar os parâmetros das chamadas Zonas de Reestruturação Urbana, que são as que possuem os maiores coeficientes. Em linhas gerais, isso implicará na liberação desses territórios para a atuação do mercado imobiliário, algo que já vem acontecendo.

O episódio da aprovação do plano diretor é a prova mais inequívoca de que o mercado está super-representado nas instâncias de decisão. Nesse caso, cabe resgatar o velho jargão marxista, de que caberia ao Estado simplesmente administrar “os negócios da burguesia”⁵, pois é o que realmente tem ocorrido. Isto é, o Estado não tem regulado o uso do solo e nem promovido justiça social, mas agido entusiasticamente em favor dos interesses de mercado.

IB: O seu livro publicado no ano passado e que é baseado na sua tese procura refletir sobre a fragmentação do espaço no Recife. Como você interpreta esse conceito?

OS: A fragmentação é um conceito extremamente controverso dentro das ciências humanas e, em especial, na Geografia. Ele surgiu e se popularizou nas últimas décadas para caracterizar as desigualdades socioespaciais surgidas nesse período de globalização. Milton Santos foi um dos autores que trabalhou o tema no livro “Metrópole corporativa fragmentada: o caso da cidade de São Paulo”⁶. Na sua visão, o mercado e o Estado comandam a produção de um espaço que tende a limitar a mobilidade dos mais pobres. Essa “imobilidade relativa”, por sua vez, desintegra a cidade em “guetos”. A cidade contemporânea seria, neste sentido, constituída por fragmentos. Essa é uma visão interessante, defendida também por Aldaíza Sposati em “A cidade em pedaços”⁷.

O filósofo francês Henri Lefebvre⁸ afirmava que o espaço é estilhaçado perante o olhar, mas constitui uma totalidade. O geógrafo Roberto Lobato Corrêa⁹ afirmava que o espaço é fragmentado e articulado. Poderíamos nos perguntar se os fragmentos seriam partes de um todo, ou unidades isoladas. Eu acho que isso não é uma questão. Os fragmentos são parte de um todo e são também pedaços da cidade em processo de relativo isolamento. Por isso, falamos em fragmentação como um processo. E isso tudo se torna patente nas tentativas de auto enclausuramento das populações mais ricas em relação ao restante da cidade. Os casos mais emblemáticos são os Alphavilles. O primeiro deles surgiu em São Paulo, mas hoje é possível encontrá-los em todo o Brasil. A Tereza Caldeira¹⁰ falava em “enclaves fortificados”. Trata-se de territórios à parte, cujo sentido de seu surgimento e a razão de sua permanência é exatamente essa: destacar-se do

⁵ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto comunista. São Paulo: Boitempo, 2015

⁶ SANTOS, Milton. Metrópole corporativa fragmentada: o caso da São Paulo. São Paulo: Nobel, 1990

⁷ SPOSATI, A. Cidade em pedaços. São Paulo: Brasiliense, 2001.

⁸ LEFEBVRE, H. Espaço e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008

⁹ CORRÊA, R. L. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989

¹⁰ CALDEIRA, T. P. R. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. USP, Ed. 34, 2000.

restante da cidade. E para isso se baseiam em expedientes de segurança cada vez mais robustos. Quanto mais segurança, melhor!

Mas perceba: não se trata apenas de espaços autosegregados. Conforme Maria da Encarnação Sposito esclarece, a fragmentação é algo maior que a autosegregação, porque envolve o esgarçamento do tecido social da cidade e a diminuição do papel e da importância do espaço público. Poderíamos pensar numa territorialização exacerbada, que está diminuindo os universos convivenciais das pessoas. Os grupos sociais estão se fechando apenas entre os seus. E isso tem sérias implicações para o universo da política, porque esta atividade se baseia no encontro, na necessidade de estabelecermos os termos da coabitação entre todos.

A cidade fragmentada é também uma “cidade pós-política”. Esse termo foi usado pelo Swyngedouw¹¹ para demonstrar como a política, em seu sentido mais profundo, tem sido esvaziada nas cidades contemporâneas. Não há mais cidadãos, mas apenas consumidores, “cada qual no seu quadrado”, atomizados, sem qualquer referência comunitária. E isso é preocupante, porque o planejamento da cidade é também esvaziado de seu caráter político. Na verdade, não há mais planejamento urbano, mas apenas “planos de cidade”, feitos por meia dúzia de *stakeholders* que pensam da mesma forma e possuem a mesma avaliação sobre os problemas urbanos e as soluções para enfrentá-los. O diferente é visto como uma anomia disfuncional.

No final das contas, o que cabe ao cálculo democrático é tão somente a “gestão”, as questões atinentes ao funcionamento da cidade no curto prazo, tal como o saneamento, a coleta de lixo, o fornecimento de água e energia elétrica, que são oferecidos à população dentro de limites orçamentários previamente determinados, sob circunstâncias pretensamente “técnicas”. Não se discute o tipo de cidade que queremos nas próximas décadas e séculos, posto que “não haveria muitas alternativas”. O que nos compete é administrar uma cidade cujo “possível” é definido por outros.

Essa faceta da fragmentação, a pós-política, só é possível porque nos expropriaram o tempo indispensável para a experiência do encontro. Estamos todos individualizados, cada qual em seu pedaço de cidade, seu condomínio ou loteamento fechado. Mas, paradoxalmente, nós também estamos interligados por redes de relacionamento superficiais, muitas vezes impessoais e voltadas para o consumo. É a “solidão na multidão” de que falava o Baudelaire¹² e o Simmel¹³. Fragmentados, mas articulados.

Um aspecto muito importante da fragmentação é a violência e, sobretudo, o sentimento do medo. A generalização hiperbólica do medo, para a qual concorre o que Tereza Caldeira chamou de “falas do crime”,

¹¹ SWYNGEDOUW, E. A cidade pós-política. Revista E-metropolis, Rio de Janeiro, n. 08, 2012.

¹² BAUDELAIRE, Charles. As flores do mal. 6.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

¹³ SIMMEL Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). O fenômeno urbano. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 11-25.

ajudou na irrupção de um poderoso mercado de segurança privada, associada a ofertas imobiliárias baseadas em uma “arquitetura de guerrilha”. É preciso estabelecer o controle, nem que para isso seja necessário recorrer a sérios constrangimentos à mobilidade das pessoas.

Eu concordo com o Stephen Graham¹⁴ quando fala de um “urbanismo militar”. Cada vez mais são incorporadas tecnologias de vigilância usadas em guerras como as do Iraque e do Afeganistão. De fato, já vivemos em nossas cidades uma guerra de baixa intensidade, não apenas por conta da violência evidente, mas porque a metáfora da guerra é funcional para esse novo paradigma. Apenas assim é que se pode justificar os expedientes de controle social.

IB: Você considera que a pandemia da COVID-19 tornou mais evidente o processo de fragmentação na cidade do Recife?

OS: Sim. Na medida em que o espaço público deixou de ser frequentado, sobretudo pela ação política resultante da mobilização social.

Estamos presos em casa desde março de 2020, sem qualquer possibilidade de reação à escalada do autoritarismo. Em meados do passado, este governo novamente flertou com a possibilidade de um autogolpe, fazendo enfrentamento ao guardião da Constituição, que é o Supremo Tribunal Federal. Esta corte pode ter todos os defeitos, assim como o poder legislativo, mas qualquer afronta a ambos configura atentado à democracia. E nós assistimos a tudo isso atônitos, limitados pela pandemia.

O uso do espaço para a política é, no meu entender, o oposto da fragmentação. A fragmentação é precisamente a negação da cidade. E esta última é o lugar do encontro e da política. Se esses valores são esvaziados, então temos um processo de fragmentação. E a pandemia, de fato, tem limitado nossa capacidade de mobilização. As redes sociais são limitadas e não se muda qualquer coisa com petição *on-line* e abaixo assinado.

Ainda não estamos debatendo suficientemente esse aspecto negativo da pandemia, talvez em razão do receio de sermos interpretados equivocadamente como mais uma voz na infâmia relativização da importância das medidas protetivas. Os *lockdowns* e todas as outras formas de controle da mobilidade na cidade, até então fundamentais para a diminuição das mortes, são também formas de manejo biopolítico e podem, lamentavelmente, evoluir para mecanismos de dominação.

Tenho visto cidades se utilizarem de novos expedientes de controle, como a geolocalização através do *smartphone*. Isso foi usado na Coreia do Sul e ajudou esse país a ter um bom desempenho na contenção das pessoas e, conseqüentemente, do vírus. É provável que os governos locais mantenham o uso de tais tecnologias depois do período pandêmico, já que os ajudariam a “conter” também a “violência”. E isso

¹⁴ GRAHAM, Stephen. Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2017.

também pode acontecer em algumas cidades brasileiras. Creio que o resultado será um acirramento do processo de fragmentação, pois para cumprir seu papel político, o uso do espaço público não pode ser esquadrihado por forças coercitivas, especialmente exercidas pelo Estado.

IB: Levando em consideração a estrutura urbana do Recife, quais características tem contribuído para o agravamento da pandemia da COVID-19 nesses últimos meses?

OS: Sem sombra de dúvidas tem sido a impossibilidade de evitar aglomerações. Nas áreas mais pobres, as habitações sempre minúsculas são muito justapostas. Não há como manter distanciamento com vizinhos morando tão perto, ou tendo que compartilhar com eles ruas, vielas e becos muitas vezes estreitos e mal ventilados. Some-se a isso as próprias condições de trabalho dos mais pobres, que são obrigados a utilizar um péssimo transporte público e a frequentar ambientes sem qualquer medida preventiva. Não por acaso, a reportagem recente do *El País*¹⁵ mostrou que os caixas de supermercado, frentistas e os motoristas de ônibus estão entre os mais afetados por essa segunda e mais letal onda da pandemia. É inadmissível que esses grupos profissionais não sejam considerados prioritários na vacinação.

Na verdade, como está provado que essa pandemia tem atingido muito mais as populações pobres e negras, eu acredito que esses dois fatores, renda e cor, deveriam ser levados em conta como critério de priorização. Além, é claro, dos profissionais de saúde, idosos, pessoas com deficiência, indígenas e professores, para sermos socialmente justos, os mais pobres e negros deveriam ser vacinados primeiramente. Isso ajudaria a frear o atual genocídio e garantiria, inclusive, a vacinação dos profissionais da segurança pública, como quer esse governo, uma vez que a maior parte dos policiais e bombeiros são também pobres e negros.

O espaço intra-urbano é de fato um fator para o referido agravamento. Outro fator tem sido as próprias condições materiais de vida da maior parte da população. Assim, não se trata apenas da falta de cuidado, como o desleixo quanto ao uso de máscara, falta de distanciamento etc. É fácil para nós, que estamos em *home office*, com as contas pagas, apontar as faltas daqueles que precisam sair e trabalhar. De nada adianta usar máscara e álcool o tempo todo se o transporte público permanecer lotado.

O César Simoni, professor da USP, escreveu um artigo muito interessante no *Le Monde Diplomatique*¹⁶ ainda no início deste período pandêmico. Dizia ele que o que resta de urbano agora estava sendo oferecido aos mais pobres sem chance de recusa. E isso é precisamente o avesso do Direito à Cidade. Em outras palavras, exatamente agora quando constitui privilégio ficar em casa e não aglomerar, os

¹⁵ SOARES, M. Mortes entre caixas, frentistas e motoristas de ônibus aumentaram 60% no Brasil no auge da pandemia. Portal El País, 2021. Disponível: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-05/caixas-frentistas-e-motoristas-de-onibus-registram-60-a-mais-de-mortes-no-brasil-em-meio-ao-auge-da-pandemia.html>. Acesso em: 06 abr. 2021.

¹⁶ SIMONI, César. A Covid-19 e o direito à cidade dos pobres. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-covid-19-e-o-direito-a-cidade-dos-pobres/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

condenados do trabalho precisam sair e se expor ao vírus. A cidade que sempre foi negada para essas classes, agora é compulsoriamente imposta a elas.